

**“ESTAMOS CONDENADOS À REPETIÇÃO?”: OBSERVAÇÕES FENOMENOLÓGICAS E HERMENÊUTICAS SOBRE UM CONCEITO PSICANALÍTICO**

**“ARE WE DOOMED TO REPETITION?”: PHENOMENOLOGICAL AND HERMENEUTIC OBSERVATIONS ON A PSYCHOANALYTIC CONCEPT**

Vítor Hugo dos Reis Costa<sup>1</sup>

*<sup>1</sup>Doutor, mestre e graduado em filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.*

[costavhr@gmail.com](mailto:costavhr@gmail.com)

*Data de envio: 14/04/2022  
Data de aceite: 05/05/2022*

## RESUMO

Trata-se de um excuro comparativo entre a posição ontológico-fenomenológica de Jean-Paul Sartre e a psicanálise freudiana em torno da ideia de repetição. Em um primeiro momento, o texto reconstrói brevemente a posição sartreana sobre a psicanálise e as alegações do filósofo francês sobre as consequências deterministas do pensamento de Freud. Em seguida, é realizada uma apresentação também reconstrutiva da perspectiva psicanalítica. Para fins de conclusão, é apresentada a perspectiva fenomenológico-hermenêutica de Paul Ricoeur sobre a psicanálise, por meio da qual é possível constatar valências éticas e existenciais no pensamento psicanalítico.

**Palavras-chave:** Freud. Ricoeur. Sartre. Repetição.

## ABSTRACT

This is a comparative study between Jean-Paul Sartre's ontological-phenomenological position and Freudian psychoanalysis around the idea of repetition. At first, we briefly reconstruct Sartre's position on psychoanalysis and the French philosopher's claims about the deterministic consequences of Freud's thought. Then, a reconstructive presentation of the psychoanalytic perspective is carried out. In conclusion, Paul Ricoeur's phenomenological-hermeneutic perspective on psychoanalysis is presented, through which it is possible to verify ethical and existential valences in psychoanalytic thinking.

**Keywords:** Freud. Ricoeur. Sartre. Repetition.

## INTRODUÇÃO

O existencialismo se inscreve na história do pensamento ocidental e da cultura do século XX como um momento de afirmação da radicalidade da liberdade humana. Transbordando o espaço das cátedras acadêmicas ou dos livros de filosofia, o discurso existencialista impregnava a atmosfera francesa e europeia na medida em que eram publicadas as obras de pessoas como Albert Camus, Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. A despeito das diferenças de nuances de suas concepções filosóficas – e da eventual tentativa de recusa do predicado “existencialista” por parte de algumas das pessoas geralmente incluídas no movimento – o existencialismo se constituiu como uma espécie de clima desde o qual era possível ver o mundo e adotar um certo estilo de vida. E algumas das premissas desse clima espiritual, dessa visão de mundo e desse estilo de vida eram, a saber, a convicção de que a existência humana não tem sentido em si mesma e, além disso, a convicção de que é possível sempre e livremente criar, desde o núcleo da própria subjetividade, o sentido da existência singular.

O existencialismo, porém, não foi o único fenômeno a condicionar os climas espirituais da Europa no início do século XX. Antes do existencialismo, a Europa se viu discutindo os traumas de infância, a sexualidade das crianças e os destinos individuais inscritos nas histórias de cada pessoa. Essa outra perspectiva, distinta e mesmo antagônica a exortação existencialista da liberdade, era oportunizada pela psicanálise e Sigmund Freud e seus discípulos. Propondo a existência de uma dimensão inconsciente atuante no psiquismo e na motivação humana, Freud inaugurou uma maneira de ver o mundo cujas consequências nem sempre foram as desejadas pelo autor.

A presente contribuição visa expor uma tensão e propor um caminho produtivo de exploração dessa tensão: pretendo, inicialmente, explicitar a tensão que surge da aproximação entre existencialismo e psicanálise, na medida em que uma das perspectivas enfatiza de maneira radical o caráter incontornável da responsabilidade e da liberdade humana, enquanto a outra oportunizaria a compreensão de uma existência singular sob a rígida égide de uma espécie de fatalismo. Para isso, é preciso averiguar em que medida as interpretações existencialistas da psicanálise são corretas. Por razões de espaço, vou me deter na crítica de Jean-Paul Sartre de ideias psicanalíticas. Tais críticas podem ser encontradas em *O ser e o nada*. Em seguida, me deterei em alguns textos de Freud por meio dos quais é possível ver em que medida a interpretação de Sartre é precisa mas também, principalmente, para colocar em relevo o conceito de *repetição*, desde o qual é possível pensar um expediente de estabelecimento de uma tensão legítima com a ideia de liberdade radical que emerge do texto de Sartre. Finalmente, recorrerei ao pensamento do filósofo Paul Ricoeur no qual se observa uma interpretação da psicanálise desde a qual parece possível vislumbrar saídas para a tensão entre liberdade e repetição.

## A PSICANÁLISE NO OLHAR SARTREANO

Nas páginas de *O ser e o nada*, se lê que “estou condenado a ser livre”<sup>1</sup> relativamente a todo o âmbito de condições motivacionais das minhas ações. O imenso ensaio de ontologia fenomenológica de Sartre pode ser visto e lido, sem exageros, como um ensaio de antropologia filosófica centrado na ideia de que o existente humano<sup>2</sup> deve ser caracterizado pela categoria cardeal do *fazer* e não pela de *ser*. Enfatizando o aspecto de responsabilidade que acompanha todas as condutas humanas, para Sartre, o existente humano não apenas tem liberdade, mas, em última instância, *é* liberdade. Se o ser do existente humano é seu próprio fazer – isto é, se cada existente singular só *é* aquilo que *faz* – não é exagerado dizer que a humanidade do humano *é*, em toda sua extensão, a própria liberdade.

A definição da condição humana como sendo eminentemente liberdade poderia oferecer a impressão de que um existente singular seria, em algum sentido, onipotente. Embora seja claro ao negar que seja esse o sentido de sua filosofia, não é impossível concluir que ainda que as situações nas quais os existentes humanos estejam envolvidos tenham estruturas ontológicas sólidas e texturas muito concretas, em alguma medida Sartre está atribuindo um enorme poder ao existente humano ao defini-lo como liberdade, a saber, o de ser capaz de transcender sempre e em qualquer circunstância o significado de uma situação. Em outras palavras: se o existente singular *é* origem e fonte do sentido de uma situação sempre estruturalmente definida, mas materialmente nua de sentido isso só pode significar que a possibilidade de resignificação das situações *é* permanentemente aberta para os existentes singulares. Em suma, se o existente singular não cria a materialidade das situações em que *é* lançado, essa materialidade não tem qualquer poder de constrangimento sobre essa liberdade de criação de sentido.

Meu objetivo não *é* aqui reconstruir o conceito sartreano de liberdade radical, mas o de apresentar sob que tintas a psicanálise freudiana aparece quando pensada no horizonte dessa ontologia fenomenológica centrada na ideia de liberdade radical. Assim, não *é* surpreendente que a psicanálise freudiana apareça na referida obra na seção onde o filósofo desenvolve sua argumentação sobre a má-fé. Para Sartre, a psicanálise freudiana não pode senão mascarar o fenômeno da má-fé livremente assumida e experimentada por um existente humano. Esse mascaramento se dá na tessitura das próprias filigranas conceituais da psicanálise freudiana quando esta substitui a unidade de um existente humano que livremente escolhe e assume projetos pela dualidade de um psiquismo cindido em duas partes antagônicas. Para Sartre, a ideia freudiana de um “instinto” que seria responsável pelos desejos e pelas ações do existente singular *é* uma

<sup>1</sup>Sartre (2008, p. 543).

<sup>2</sup>Na medida em que a condição humana se caracteriza sobretudo pelo fazer e não pelo ser, parece inadequada a utilização da expressão “ser humano” ou “seres humanos”. Assim, tomo de empréstimo a expressão utilizada por Róbson Ramos dos Reis (2014) para me referir aos indivíduos singulares humanos. Ainda que o autor utilize a expressão no horizonte da interpretação de inspiração heideggeriana, a mesma parece significativamente compatível com o vocabulário sartreano, ainda que o próprio Sartre não a utilize.

ideia contraditória em si mesma, pois, segundo o autor, “o instinto – ou, se preferirmos, as tendências primordiais e os complexos de tendências constituídos por nossa história individual – representa aqui a *realidade*. O instinto não é *verdadeiro* nem *falso*, porque não existe *para si*. Simplesmente é, como esta mesa, nem verdadeira nem falsa, apenas real”<sup>3</sup>.

A ontologia fenomenológica sartreana não apenas é construída tendo como premissa central a radicalidade da liberdade e da responsabilidade dos existentes humanos singulares, mas, em contrapartida, na exclusividade dessa liberdade enquanto traço estrutural restrito aos existentes humanos. Em outras palavras, todas as demais entidades são caracterizadas por *não serem* liberdade. Assim, as estruturas postuladas pela psicanálise freudiana não podem senão ser compreendidas como “coisas”, como entidades que *são* e que, portanto, não podem *fazer* nada. A crítica de Sartre é incisiva: se somos condenados à liberdade, então não é possível que atuem em nós de forma efetiva quaisquer formas de constrangimentos ao poder da liberdade. É nesse sentido que deve ser lido o ataque de Sartre ao modo como as categorias da psicanálise são concebidas em sua operatividade sobre a condição humana pois nem a teoria nem a clínica psicanalítica poderiam fazer sentido em um horizonte de liberdade:

Não é certo que o “Id” apresente-se como uma coisa em relação à hipótese do psicanalista, porque a coisa é indiferente às conjeturas que sobre ela se façam, e o “Id”, ao contrário, é *tocado* por essas conjeturas ao se aproximarem da verdade. Freud, de fato, assinala resistências quando, ao final do primeiro período, o médico acerca-se da verdade. Resistências que são condutas objetivas, captadas de fora: o paciente mostra desconfiança, nega-se a falar, dá informações fantasiosas sobre seus sonhos, às vezes até se esquiva à cura psicanalítica. Porém, cabe indagar que parte do paciente pode resistir assim. Não pode ser o “Eu”, encarado como conjunto psíquico dos fatos de consciência: o “Eu” não poderia suspeitar, com efeito, que o psiquiatra se aproxima de seu alvo, porque está colocado ante o *sentido* de suas próprias reações exatamente como o próprio psiquiatra. No máximo, pode apreciar objetivamente o grau de probabilidade das hipóteses emitidas, como poderia fazê-lo um testemunho dessa psicanálise, conforme a extensão dos fatos subjetivos que explicam. Por outro lado, quando a probabilidade parecesse acercar-se da verdade, não poderia afligir-se com isso, porque, quase sempre, foi ele mesmo quem, por decisão *consciente*, comprometeu-se na via da terapêutica psicanalítica. Dir-se-ia que o paciente se inquieta pelas revelações cotidianas do analista e tenta esquivar-se, ao mesmo tempo que finge aos próprios olhos prosseguir na cura? Nesse caso, não se pode mais recorrer ao inconsciente para explicar a má-fé: ela está aí, em plena consciência com suas contradições todas. Mas, por outro lado, não é assim que o psicanalista explica as resistências: para ele, são surdas e profundas, vêm de longe, têm raízes na própria coisa que se quer elucidar. (SARTRE, 2008, p. 97-8)

<sup>3</sup>Sartre (2008, p. 95).

A argumentação de Sartre mostra como não há negociação possível entre as categorias da ontologia fenomenológica e as da psicanálise freudiana: o existente singular está quase sempre orientado por uma estratégia de esquivar consciente das verdades desagradáveis que disfarça para si mesmo, isto é, por uma estratégia de má-fé. Para Sartre, “o complexo, enquanto tal, seria mais um colaborador do analista, pois tende a expressar-se na consciência clara, recorre a astúcias frente a censura e quer iludi-la”<sup>4</sup>. Assim, o filósofo francês recorre ao expediente da estratégia de censura para acomodar o fenômeno da rejeição das verdades desagradáveis:

*A censura deve escolher e, para escolher, deve representar-se. Não fosse assim, como poderia liberar impulsos sexuais lícitos e permitir que necessidades (fome, sede, sono) viessem a se expressar na consciência clara? E como explicar que possa relaxar sua vigilância e até ser enganada pelos disfarces do instinto? Mas não basta que distinga as tendências malignas; é necessário, além disso, que as apreenda como algo que deve ser reprimido, o que subentende, ao menos, uma representação da própria atividade. (SARTRE, 2008, p. 98)*

A vigência e o alcance dos meandros inconscientes são amplamente questionados por Sartre, na medida em que, para o filósofo, não há “como dar conta do prazer ou angústia que acompanham a gratificação simbólica e consciente da tendência, se a consciência não inclui, mais além da censura, uma compreensão obscura do fim a alcançar, enquanto simultaneamente desejado e proibido”<sup>5</sup>. A própria ideia de um âmbito de motivação inconsciente é inadmissível desde a disposição dos conceitos da ontologia fenomenológica centrada na ideia de liberdade radical. A ideia de uma censura consciente e capaz de representar para si mesma o conteúdo representacional indesejado indica uma antropologia filosófica bastante comprometida com a ideia de que não há qualquer qualidade sustentada livremente por um existente humano pela qual ele não possa ser responsável.

Essa brevíssima reconstrução do olhar sartreano sob a psicanálise serve como ambiente exemplar de apresentação da ideia de condenação à liberdade: onde quer que haja agência, motivação e finalidade deve haver também a compreensão de que nada disso pode ser concebido fora do pavimento da responsabilidade radical. A pergunta que orienta a segunda parte desse artigo, porém, é outra: e se o ser humano não é condenado à liberdade mas, pelo contrário, à repetição? E se os seres humanos não são livres como gostaria Sartre mas, pelo contrário, condenados a repetir padrões estabelecidos em épocas imemoráveis de suas vidas? E se tudo que parece criatividade e invenção de sentido não for senão esquecida e distraída repetição? Para explorar essa questão, é preciso abandonar a mesa de trabalhos especulativos do filósofo e visitar o espaço psicanalítico.

<sup>4</sup>Sartre (2008, p. 98).

<sup>5</sup>Sartre (2008, p. 99).

## ESTAMOS CONDENADOS À REPETIÇÃO

O conceito de repetição tal como concebido por Freud foi considerado por Jacques Lacan nada menos do que um dos quatro conceitos centrais de toda a psicanálise<sup>6</sup>. No espaço deste breve trabalho, a pretensão é mostrar o potencial de tensionamento que o conceito de repetição pode oferecer para a ideia de liberdade e de responsabilidade. Tendo em vista tais fins, será enfatizado o aspecto da noção de repetição em que ela pode ser considerada como um produto – ou mesmo uma forma – de esquecimento fundamental desde o qual aquilo que não comparece na consciência na forma de memória e representação é capaz de subsistir na forma de repetição realizada às margens das possibilidades do sujeito de reconhecer os padrões que repete.

Para compreender os destinos do conceito de repetição na obra de Freud é preciso ter em mente que o estatuto do conceito e de seu âmbito de vigência é reavaliado no contexto da reavaliação das próprias teorias e prática psicanalítica. A técnica psicanalítica sofreu significativas mudanças desde seu início. É possível dizer que em uma fase inicial a ênfase na formação do sintoma engendrava o esforço, da parte do psicanalista, de reproduzir uma circunstância e oportunizar uma descarga consciente. Posteriormente, o escopo do tratamento se voltou para a tentativa de descobrir o que o paciente não conseguia recordar. Finalmente, é possível identificar uma fase na qual se chegou finalmente às cercanias da arte da interpretação que incide sobre a superfície psíquica apresentada pelo paciente. O paciente se recorda, então, em um resultado de duplo significado: preenchimento das lacunas de recordação e superação das resistências da repressão. O conceito de repetição é mobilizado por Freud para dar conta dos fenômenos de um tipo de memória muito especial, a saber, a memória que não pode ser lembrada porque nunca foi literalmente experimentada. É em um texto originalmente publicado em 1914, intitulado *Recordar, repetir, elaborar* e classificado como um dos textos clínicos de Freud que a tematização entre a repetição assim concebida encontra sua primeira elaboração mais detalhada. Para Freud:

Em não poucos casos tive a impressão de que a conhecida amnésia infantil para nós tão importante teoricamente é inteiramente contrabalançada pelas lembranças encobridoras. Nestas se conserva não apenas algo essencial da vida infantil, mas verdadeiramente todo o essencial. É preciso apenas saber extraí-lo delas por meio da análise. Elas representam os anos esquecidos da infância quanto o conteúdo manifesto do sonho representa os pensamentos oníricos.

O outro grupo de processos psíquicos que, como atos puramente internos, podem ser contrapostos às impressões e vivências, as fantasias, referências, sentimentos, conexões têm de ser considerado separadamente na sua relação com o esquecer e o recordar. Nele sucede com particular frequência que seja “lembrado” algo que não poderia jamais

<sup>6</sup>Lacan (1985).

ser “esquecido”, pois em tempo algum foi percebido, nunca foi consciente e, além disso, parece não fazer nenhuma diferença para o decurso psíquico, se uma dessas “conexões” era consciente e foi então esquecida, ou se jamais alcançou a consciência. **A convicção que o doente adquire no curso da análise independe por completo de uma tal recordação** (FREUD, 2010, p. 196-198, grifo meu).

É no contexto da compreensão dessas vivências da tenra infância que se faz mister mobilizar o expediente da interpretação dos sonhos, ainda que esse modelo de interpretação da experiência onírica não se reduza a uma via de acesso a essas memórias imemoráveis. Importa que, para Freud, “é lícito afirmar que o analisando não recorda absolutamente o que foi esquecido e reprimido, mas sim o atua”<sup>7</sup>.

Por exemplo: o analisando não diz que se lembra de haver sido teimoso e rebelde ante a autoridade dos pais, mas se comporta de tal maneira diante do médico. Não se lembra de que sua investigação sexual infantil não o levou a nada, deixando-o perplexo e desamparado, mas apresenta uma quantidade de sonhos e pensamentos confusos, lamenta que nada dá certo para ele, e vê como seu destino jamais concluir um empreendimento. Não se lembra de ter se envergonhado bastante de certas atividades sexuais e de ter sentido medo de que fossem descobertas, mas mostra vergonha do tratamento a que se submete agora e procura escondê-lo de todo etc.

Sobretudo, ele começa a terapia com uma repetição desse gênero. Frequentemente, ao comunicar a regra fundamental da psicanálise a um paciente com uma vida cheia de eventos e uma longa história de doença, e solicitar que ele diga o que lhe ocorrer, esperando que suas declarações fluam como uma torrente, constatamos que ele nada diz. Guarda silêncio e afirma que nada lhe ocorre. Isto não é outra coisa, naturalmente, que a repetição de uma atitude homossexual que se evidencia como resistência contra qualquer recordação. Enquanto ele permanecer em tratamento, não se livrará desta compulsão de repetição; por fim compreendemos que **este é seu modo de recordar** (FREUD, 2010, p. 200-201).

Para além de evidentes anacronismos exaustivamente constatados em certas elaborações de Freud acerca da homossexualidade – cujo valor é sobretudo eminentemente histórico e sociológico, informando mais sobre a época de Freud do que sobre a constituição intrínseca do psiquismo humano – importa perceber que Freud constata a atitude evasiva do paciente diante da solicitação da livre associação. Freud percebe que os pacientes, não raramente, se evadem da tarefa fundamental a ser desempenhada em ambiente clínico e, ao invés de se colocarem em atitude falante, silenciam diante do analista. Chama a atenção algo que ficará mais nítido no decorrer da análise do texto de Freud – e que, em certo sentido, desautoriza a crítica de Sartre em seu alcance pretendido – a saber, a de que é uma espécie de atitude voluntária e deliberada do paciente que o conduz ao comportamento silencioso. Por enquanto, importa notar

<sup>7</sup>Freud (2010, p. 199).

que para Freud, “quanto maior a resistência, tanto mais o recordar será substituído pelo atuar”<sup>8</sup>, isto é, pelo repetir. E é na constatação do alcance da repetição que Freud parece decretar qualquer coisa como uma condenação da qual não escapará em nenhum âmbito de sua vida:

Logo notamos que a transferência mesma é somente uma parcela de repetição, e que a repetição é transferência do passado esquecido, [transferência] não só para o médico, mas para todos os âmbitos da situação presente. Devemos estar preparados, portanto, para o fato de que o analisando se entrega à compulsão de repetir, que então substitui o impulso à recordação, não apenas na relação pessoal com o médico, mas também em todos os demais relacionamentos e atividades contemporâneas de sua vida, por exemplo quando, no decorrer do tratamento, escolhe um objeto amoroso, toma para si uma tarefa, começa um empreendimento (FREUD, 2010, p. 201).

Expressando-se em uma terminologia inconfundível e plena de interesse em se firmar como vocabulário médico e científico, Freud afirma que o doente deve mudar de atitude durante a terapia e abandonar a “política de avestruz”, ou seja, encarar a doença como “digno adversário” e não se confortar na atitude juvenil comum de quem costuma “se regalar nos sintomas patológicos”<sup>9</sup>.

Se por um lado Freud deixa à mostra um vocabulário voluntarista pouco sujeito a acusações de determinismo ou fatalismo, por outro lado o desafio que se coloca a boa-vontade humana – na medida em que é possível realmente concebê-la operando contra as repetições que a condicionem – tem qualquer coisa de hercúleo na medida em que todo o seu comportamento cotidiano será necessário atentar para o fantasma da repetição e enfrentá-lo em qualquer forma que ele assuma, com uma atitude corajosa. É nessa convicção que Freud se permite exigir do paciente uma postura eventualmente pouco plausível, a saber, quando afirma que o melhor modo de proteger o doente dos danos que traria a realização de seus impulsos é obrigá-lo a não tomar decisões vitais durante a terapia, não escolher profissão ou objeto amoroso definitivo, por exemplo, e sim esperar o momento da cura para esses propósitos<sup>10</sup>.

A despeito da pouca razoabilidade de certas exigências – a saber, a de que um paciente deixe sua vida entre parênteses enquanto realiza uma terapia que não sabe quando terá fim – importa notar a emergência e consolidação do vocabulário voluntarista nos dois últimos parágrafos do texto de 1914. Através do conceito de *elaboração* – que Freud não desenvolve, é verdade – o pai da psicanálise sugere um programa de enfrentamento dos demônios inconscientes que nos condenam à repetição:

<sup>8</sup>Freud (2010, p. 199).

<sup>9</sup>Freud (2010, p. 204).

<sup>10</sup>Freud (2010, p. 205).



Com frequência fui consultado a respeito de casos em que o médico se queixou de haver mostrado ao doente sua resistência, sem que, no entanto, algo mudasse, a resistência havia mesmo se fortalecido e toda a situação se turvado ainda mais. Aparentemente, a terapia não estava indo adiante. Essa expectativa sombria resultou sempre errada. Em geral a terapia fazia progresso; o médico tinha apenas esquecido que nomear a resistência não pode conduzir à sua imediata cessação. É preciso dar tempo ao paciente para que ele se enfrente na resistência agora conhecida, para que a **elabore**, para que a supere, prosseguindo o trabalho apesar dela, conforme a regra fundamental da análise. Somente no auge da resistência podemos, em trabalho comum com o analisando, descobrir os impulsos instintuais que a estão nutrindo, de cuja existência e poder o doente é convencido mediante essa vivência. O médico nada tem a fazer senão esperar e deixar as coisas seguirem um curso que não pode ser evitado, e tampouco ser sempre acelerado. Atendo-se a essa compreensão, ele se poupará muitas vezes a ilusão de haver fracassado, quando na realidade segue a linha correta no tratamento.

Na prática, essa **elaboração** das resistências pode se tornar uma tarefa penosa para o analisando e uma prova de paciência para o médico. Mas é a parte do trabalho que tem o maior efeito modificador sobre o paciente, e que distingue o tratamento psicanalítico de toda influência por sugestão. Teoricamente pode-se compará-la com a “ab-reação” dos montantes de afeto retidos pela repressão, [ab-reação] sem a qual o tratamento hipnótico permanecia ineficaz (FREUD, 2010, p. 207-9, grifos meus).

Embora não fique claro como exatamente deve ser encaminhada a elaboração, fica claro que a mesma é qualquer coisa da alçada da liberdade de um sujeito que, por mais asfíxiado que seja pela onipresença da repetição, tem a possibilidade de, desde a nomeação desse expediente determinístico, enfrentá-lo com suas próprias forças.

O conceito de repetição ganha ainda mais relevo quando Freud o mobiliza em um texto que é um verdadeiro marco da psicanálise e da reorganização de seus conceitos fundamentais. Em *Além do princípio do prazer*, Freud se expressa em termos tais que a crítica de Sartre sobre o papel aparentemente consciente da censura não teria sobre onde incidir na medida em que o próprio pai da psicanálise afirma textualmente que o inconsciente não se esquiva do analista, mas pelo contrário, se manifesta de forma onipresente através do expediente da própria repetição:

Para achar mais compreensível essa *compulsão à repetição* que se manifesta durante o tratamento psicanalítico dos neuróticos, é preciso livrar-se sobretudo do erro de que, ao combater as resistências, se está lidando com a resistência do “inconsciente”. O inconsciente, isto é, o “recalcado”, não oferece absolutamente nenhuma resistência aos esforços do tratamento e nem sequer aspira a outra coisa senão, opondo-se ao fardo que pesa sobre ele, chegar até a consciência ou até a descarga por meio da ação real. A resistência que ocorre no tratamento tem origem nas mesmas camadas e sistemas superiores da vida psíquica que no passado efetuaram o recalçamento (FREUD, 2016, p. 58-59).

Novas tintas reforçam os contornos da possibilidade de uma leitura de Freud onde este pensador não precise ser arregimentado no rol dos inimigos da liberdade humana. O inconsciente, afinal, *quer* se manifestar embora esse querer seja radicalmente incompatível com aquele tal como concebido pela fenomenologia, onde a dimensão da consciência é traço imprescindível para que se possa falar em querer – querer, afinal, é *consciência de querer* e, para a fenomenologia, não poderia ser diferente.

Seria possível operar com uma fenomenologia da memória e do esquecimento para colher eventuais contribuições dos conceitos da psicanálise freudiana para uma abordagem existencial da condição humana? Talvez não seja fútil reivindicar uma reelaboração fenomenológica das contribuições freudianas pois, se por um lado, é possível duvidar de que a crítica sartreana incida com precisão sobre o modo como Freud concebe o psiquismo, por outro lado, é inegável notar que Sartre acerta quando diz que, para Freud, tudo se passa como se fôssemos, em último caso, sujeitos duplicados:

Em que relação com o princípio de prazer se encontra a compulsão à repetição, a expressão de força do recalçado? Está claro que a maior parte do que a compulsão à repetição faz a pessoa reviver deve causar desprazer ao eu, pois, afinal, traz à luz atividades de moções de impulso recalçadas, mas esse é um desprazer que já reconhecemos, que não contradiz o princípio de prazer; é **desprazer para um sistema e, ao mesmo tempo, satisfação para o outro**. No entanto, o fato novo e notável que agora precisamos descrever é que a compulsão à repetição também traz de volta aquelas vivências do passado que não contêm qualquer possibilidade de prazer, que também naquela época não podem ter sido satisfações, nem mesmo de moções de impulso recalçadas desde então (FREUD, 2016, p. 60, grifo meu).

Não me interessa aqui analisar como os níveis do psiquismo comercializam entre si ou como funciona, no dizer sartreano, seu sistema de alfândegas. A passagem acima por si mesma, no contexto de um texto consagrado pela postulação de um âmbito pulsional mais fundamental do que aquele orientado pela busca do prazer, deixa entrever as premissas inegociavelmente incompatíveis entre psicanálise e ontologia fenomenológica.

Por outro lado, uma última passagem de *Além do princípio de prazer* justifica sua presença por ilustrar o alcance antropológico pretendido pela perspectiva psicanalítica na medida em que a psicanálise descreve não apenas as formações e fenômenos patológicos do psiquismo mas, em certo sentido, todo o âmbito da ação e da motivação humanas. Emblemática, a passagem mostra como é possível dizer que para Freud estaríamos quase totalmente condenados à repetição:

A mesma coisa que a psicanálise mostra nos fenômenos transferenciais dos neuróticos também pode ser encontrada na vida de pessoas não neuróticas. No caso destas, dá a impressão de um **destino** que as persegue, de um traço demoníaco em seu viver, e desde o início **a psicanálise considerou tal destino como sendo em grande parte preparado pela própria pessoa e determinado por influências da primeira infância. A compulsão que aí se manifesta não se distingue da compulsão à repetição dos neuróticos, ainda que essas pessoas nunca tenham dado sinais de um conflito neurótico solucionado mediante formação de sintomas.** Assim, conhecemos pessoas para quem todas as relações humanas tem o mesmo desfecho: benfeitores que, depois de algum tempo, são abandonados rancorosamente por cada um de seus protegidos, por mais diferentes que estes possam ser, ou seja, pessoas que parecem destinadas a sofrer toda a amargura da ingratidão; homens para quem toda amizade acaba com a traição do amigo; outros que repetem incontáveis vezes em sua vida o processo de elevar outra pessoa a uma posição de grande autoridade, para si mesmos ou também para o público, e que, depois de um tempo contado, derrubam eles próprios essa autoridade a fim de substituí-la por uma nova; amantes para quem toda ligação terna com uma mulher passa pelas mesmas fases e leva ao mesmo fim etc. Admiramo-nos apenas pouco como esse “eterno retorno do mesmo” quando se trata de um **comportamento ativo** da pessoa em questão e quando descobrimos o **traço de caráter imutável** de sua natureza que precisa se manifestar na **repetição** das mesmas vivências (FREUD, 2016, p. 62-63, negritos meus).

A passagem é exemplar da tensa convivência entre duas semânticas no interior do texto de Freud. Como alguém prepara para si mesmo um cenário determinado pela primeira infância? Como alguém se comporta ativamente se há traços de caráter imutáveis se manifestando em repetições? Se a repetição preside as vidas singulares e transforma as vidas em destino, o que quer de nós o pai da psicanálise quando sugere que rompamos com a *política de avestruz* diante dos esquecimentos que parecem, ao mesmo tempo, necessários e livremente sustentados por nossas estratégias de evasão? Com tais questões, penso, o terreno está preparado para a aproximação de um discurso capaz de equacionar essa condição de passividade diante de um inconsciente onipresente que nos condena à repetição e a atividade de livre elaboração de sentido a qual Freud nos convida e Sartre nos condena.

## O TRABALHO DA MEMÓRIA E DO LUTO

Já no final de sua jornada intelectual, o filósofo Paul Ricoeur elaborou uma reflexão de vasto alcance sobre a memória, a história e o esquecimento. No contexto dessa reflexão, Ricoeur recorreu algumas vezes ao ensinamento psicanalítico para, desde uma interpretação hermenêutica e fenomenológica, colher elementos desde os quais fosse possível conceber um itinerário filosófico na direção de uma memória feliz. Assim, é precisamente ao texto *Recordar, repetir, elaborar* mas também ao famoso *Luto e melancolia*

que Ricoeur recorrerá em *A Memória, a história, o esquecimento* para pensar caminhos e estratégias de saída das ciladas da memória ferida e impedida.

Para Ricoeur, o texto clínico de Freud sobre repetição e elaboração se impõe pela importância sobretudo pela ideia de trabalho que irradia de suas páginas, “que enfatiza não somente o caráter dinâmico do processo inteiro, mas a colaboração do analisando nesse trabalho”<sup>11</sup>, um trabalho que exige a paciência do analista, a coragem do analisando e que pode ser compreendida como ideia “simetricamente oposta à compulsão”<sup>12</sup>.

Há, guardadas certa proporções e diferenças, uma analogia estrutural passível de ser identificada e traçada entre a compulsão à repetição e a melancolia, bem como entre o trabalho de elaboração e o trabalho de luto. Ricoeur nota que no detalhe do texto de Freud é possível perceber a possibilidade do estabelecimento dessa analogia quando este diz que “em muitas pessoas se observa em lugar do luto uma melancolia”<sup>13</sup>, ou seja, “no lugar da lembrança, a passagem ao ato – no lugar do luto, a melancolia”<sup>14</sup>.

*A memória, a história, o esquecimento* é uma obra em que Paul Ricoeur não apenas oferece reflexões e interpretações sobre os conceitos que dão título a obra mas, principalmente, uma obra em que o autor se serve de interpretações plenas de camadas de sentido acumuladas ao longo de sua trajetória para realizar alguns intentos críticos. Um dos principais intentos críticos de Ricoeur – e no escopo do qual o recurso a Freud se faz mais nítido – é a problematização das posições subjetivas de identificação com formas perniciosas do expediente da memória, como as aparentadas condutas de repetição e de melancolia. Assim, para Ricoeur, um dos principais ensinamentos de Freud parece ser o de que há formas mais ativas, saudáveis e moralmente legítimas de integração do passado à vida – e a fixação na memória-repetição não é uma delas. Diz o filósofo:

O excesso de memória lembra muito a compulsão de repetição, a qual, segundo Freud, nos leva a substituir a lembrança verdadeira, pela qual o presente estaria reconciliado com o passado, pela passagem ao ato: quantas violências no mundo valem como *acting out* “no lugar” da lembrança! Pode-se até falar, caso se queira, em memória-repetição a respeito dessas celebrações fúnebres, mas apenas para acrescentar logo em seguida que essa memória-repetição resiste à crítica e que a memória-lembrança é fundamentalmente uma memória crítica.

Se for assim, então a *insuficiência* de memória depende dessa mesma reinterpretção. O que uns cultivam com deleite lúgubre e outros evitam com consciência pesada, é a mesma memória-repetição. Uns gostam de nela se perder, outros temem ser por ela engolidos. Entretanto, uns e outros sofrem do mesmo *déficit de crítica*. Eles não alcançam o que Freud chamava de trabalho de rememoração (RICOEUR, 2007, p. 92, 93).

<sup>11</sup> Ricoeur (2007, p. 84-5).

<sup>12</sup> Ricoeur (2007, p. 85).

<sup>13</sup> Freud (2011, p. 47).

<sup>14</sup> Ricoeur (2007, p. 86).

Embora o alcance da reflexão de Ricoeur transborde em muito o campo estrito do trabalho individual da memória, certamente não o exclui. De forma muito semelhante ao dizer sartreano – embora sempre marcado por uma preferência pelo conceito de promessa, que inclui a alteridade, do que pelo de projeto, que enfatiza mais o indivíduo solitariamente considerado – Ricoeur assinala o modo como tanto o fenômeno da memória opressiva quanto seu avesso – o esquecimento estratégico – podem servir para o estabelecimento de repertórios de pretextos e desculpas. Segundo Ricoeur, “os casos de esquecimento de projetos – omissão de fazer – revelam, além disso, os recursos estratégicos do desejo em suas relações com outrem: a consciência moral buscará neles seu arsenal de desculpas para sua estratégia de desculpação”<sup>15</sup>.

Se a elaboração do passado é o modo privilegiado de enfrentar o império de uma memória marcada pela presença da repetição e da melancolia, reitero, é porque somente no horizonte da elaboração se torna possível uma reconciliação com um passado solidificado e alçado ao patamar de monumento diante do qual – como Freud ensinou – é possível operar em dois níveis, onde um lamenta conscientemente e outro, secretamente, se regozija. Diz Ricoeur:

A elaboração em que consiste o trabalho de rememoração não se dá sem o trabalho de luto pelo qual nos desprendemos dos objetos perdidos do amor e do ódio. Essa integração da perda à experiência da rememoração tem um significado considerável para todas as transposições metafóricas dos ensinamentos da psicanálise fora de sua esfera de operação (RICOEUR, 2007, p. 453-454).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem hermenêutica e fenomenológica da memória realizada por Ricoeur permite a suavização da ideia freudiana de inconsciente pensado como expediente de condicionamento e condenação a um destino de repetição desde o qual, em algumas obras do pai da psicanálise, não se vê saída senão pelas margens de ambiguidades de uma linguagem que não explicita o que parece prometer secretamente. Desde a posição de Ricoeur sobre o modo como deve ser interpretado o trabalho do luto e da elaboração se torna possível observar que a elaboração é um trabalho que, ainda que se assemelhe ao de Sísifo por ser interminável, certamente se diferencia deste por não estar fadado ao fracasso como parece ser o caso do agir humano em posições mais agônicas como as de Sartre e Freud. Se Ricoeur tem razão em alimentar esperanças de que as forças da vontade humana sejam capazes de enfrentar – e vencer – condições tão estruturalmente íntimas da condição humana que podem ser, em sua vigência, vistas como legítimas condenações, a resposta não pode ser dada no escopo deste artigo, mas no testemunho de cada ser humano que se disponha ao trabalho para o qual Ricoeur convida. Finalmente, o

<sup>15</sup>Ricoeur (2007, p. 454).

que não se pode dizer de Ricoeur é que ele, em algum momento, esconda que seu próprio pensamento é um apelo – afinal, não diz ele próprio nesta última obra colossal que “a estrela norteadora de toda a fenomenologia da memória foi a ideia de memória feliz”<sup>16</sup>? Tendo isso em vista, nada parece mais adequado do que deixar falar o filósofo quando este, em uma das mais pungentes passagens de *A memória, a história, o esquecimento*, o confessa no contexto da exposição dos temas tratados no presente artigo:

[...] e por que não evocaríamos *in fine* os últimos quartetos e as últimas sonatas de Beethoven e sua poderosa evocação de uma tristeza sublimada? Pronto, a palavra foi proferida: sublimação. Essa peça que falta na panóplia da *metapsicologia* de Freud teria talvez fornecido a este último o segredo da inversão da complacência em relação à tristeza em tristeza sublimada – em alegria. Sim, o pesar é essa tristeza que não fez o trabalho do luto. Sim, a alegria é a recompensa da renúncia ao objeto perdido e a garantia da reconciliação com seu objeto interiorizado. E, assim como o trabalho de luto é o caminho obrigatório do trabalho de lembrança, a alegria também pode coroar com sua graça o trabalho de memória. No horizonte desse trabalho: uma memória “feliz”, quando a imagem poética completa o trabalho de luto (RICOEUR, 2007, p. 91).

## REFERÊNCIAS

- FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer**. Tradução do alemão de Renato Zwick; revisão técnica e apresentação de Tales Ab'Saber; ensaio biobibliográfico de Paulo Endo, Edson Sousa. – 1. ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.
- FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Tradução, introdução e notas de Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- FREUD, Sigmund. **Recordar, repetir, elaborar**. Obras completas (Paulo César Souza, trad., vol. 10, pp. 193-209). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- LACAN, Jacques. **O seminário – livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de M. D. Magno. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- REIS, Róbson Ramos dos. **Aspectos da Modalidade: a noção de possibilidade na fenomenologia hermenêutica**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Via Verita, 2014.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et. al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada – Ensaio de ontologia fenomenológica**. 16 ed., tradução de Paulo Perdígão. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

<sup>16</sup>Ricoeur (2007, p. 502).